



Comitê de Representantes

Aprovada na 1096ª sessão

ALADI/CR/Ata 1092
6 de outubro de 2010
Horário: das 10h20m às 10h55m

ATA DA 1092ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 1086ª sessão.
4. Relatório da Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs (ALADI/RAF.PMDER/I/Relatório).
5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas.
6. Estado de Situação do Processo de Adesão da República do Panamá ao TM80.
7. Assuntos diversos.
 - A Representação do Uruguai apresenta possível data para encerrar o intervalo da Comissão de Coordenação, que é aprovada.
 - O Secretário-Geral informa sobre a distribuição da sentença do Tribunal Administrativo DA/SB/12-10 e informa sobre atividades da Secretaria-Geral.
 - A Representação do Equador transmite o agradecimento de seu Governo ao Comitê de Representantes e ao Secretário-Geral por seu apoio ao Governo em acontecimentos recentes.

Preside:

MARIA CLARA ISAZA MERCHAN

Assistem: María Cristina Boldorini, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina); Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, André Saboia Martins e George de Oliveira Marques (Brasil); Juan Eduardo Burgos Santander e Constanza Alegría Pacull (Chile); María Clara Isaza Merchán (Colômbia); Carmen Zilia Pérez Mazón e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); René Fernández Miño e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Dora Rodríguez Romero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Raúl Cano Ricciardi, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai); Jorge Tello e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena e Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai); Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: José F. Fernández Estigarribia.

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTA. Bom dia.

1. Aprovação da Ordem do dia.

...Para começar, gostaria de submeter à consideração dos senhores a Ordem do dia.

Temos, no Ponto 4, o Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas. Gostaria de sugerir aos senhores Representantes colocá-lo como Ponto 5, porque ela ainda está por chegar, e o Ponto 4 seria o Relatório da Primeira Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs.

Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em pauta.

...Quero passar a palavra, no Ponto 2. Assuntos em pauta, ao senhor Secretário-Geral para que informe a esse respeito. Por favor, senhor Secretário.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidenta. No documento que consta na pasta dos senhores Representantes, são indicadas as notas e os documentos que devem ser ingressados na presente Sessão. Obrigado.

"Convites recebidos

1. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Comunicação de 21/09/2010. Convida o Secretário-Geral para a cerimônia de inauguração do XIII Fórum Interamericano da Microempresa (Montevidéu - Uruguai, 6.10.2010).

2. Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA). Nota N° PC-RBV/03/2010, recebida

em 21/09/2010. Comunica nova data da "Reunião entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração na América Latina e Caribe" (Caracas-Venezuela, 25 e 26.10.2010).

Documentos publicados

1. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária. Janeiro – Agosto 2010 (ALADI/SEC/di 2366)
2. Relatório da situação financeira da Associação em 31 de agosto de 2010 (ALADI/SEC/di 2367)
3. Relatório sobre as atividades realizadas com vistas à implementação da Resolução 72 (XV) (ALADI/SEC/di 2371)
4. Relatório Final da I Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs (ALADI/RAF.PMDER//Relatório)".

PRESIDENTA. Obrigada, senhor Secretário.

3. Consideração da ata correspondente à 1086ª sessão.

...Está à consideração dos senhores Representantes Permanentes a Ata da Sessão N° 1086.

Não vejo nenhuma solicitação de uso da palavra, então, aprova-se.

4. Relatório da Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs (ALADI/RAF.PMDER//Relatório)

...Como Ponto 4, temos o Relatório da Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs, que está no Relatório ALADI/RAF.PMDER. Para sua apresentação, cedo a palavra à Representação Permanente de Cuba, que coordena este Grupo de Trabalho.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Muito obrigada, Presidenta. No dia 21 de setembro, foi realizada a Primeira Reunião de Altos Funcionários dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDERs) com a participação de Altos Funcionários dos três países e também com a participação do Subsecretário Oscar Quina, da Secretaria-Geral.

Pela Representação da Bolívia, esteve presente o Diretor-Geral de Negociações Comerciais e Investimentos do Vice-Ministério de Comércio Exterior e Integração, o engenheiro Benjamín Blanco Ferri; pela Representação do Equador, esteve o Subsecretário de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, Comércio e Integração, Doutor Jorge Acosta; e pela Representação do Paraguai, esteve a senhora Doris Román, Diretora de Negociações Comerciais do Ministério das Relações Exteriores desse país.

Estiveram presentes todos os Representantes das distintas Representações e os funcionários do Departamento de Apoio aos PMDERs.

Esta reunião, senhores, foi convocada com o objetivo de dar cumprimento aos mandatos da Resolução 68 do XV Conselho de Ministros, que, além de incumbir a execução de um Plano de Ação, tinha uma série de outros mandatos contidos na mesma.

Portanto, a Reunião teve três partes fundamentais, também atendendo aos interesses manifestados no Grupo de Trabalho prévio a esta Reunião.

Em primeiro lugar, na Reunião, foi abordada a proposta do Plano de Ação apresentada a este Comitê em reuniões passadas. Sobre este Plano, os Altos Funcionários procederam a um amplo intercâmbio de ideias, a partir das quais decidiram, em primeiro lugar, aprovar a proposta do Plano de Ação contida no Documento 1013, que passa a ser já o Plano de Ação mencionado no Artigo I da Resolução 68, com mínimas modificações que estão contidas no projeto.

Em segundo lugar, identificar e comunicar à Secretaria-Geral as entidades que oficialarão de contrapartes coordenadoras para a execução deste Plano de Ação.

Em terceiro lugar, enviar a lista das MPMEs segundo setores e produtos priorizados por cada país, que conformariam o segundo componente do Plano de Ação, que, como lembrarão, possui dois componentes fundamentais: um primeiro componente que se refere às ações que habitualmente são feitas para cada um dos países, e um segundo componente no qual se acumula um grupo de ações que serão comuns para todos os países e que têm relação com a preparação e a capacitação destas MPMEs que vão ser enviadas pelos países-membros.

E, por último, em relação ao Plano de Ação, os Altos Funcionários sugeriram ao Comitê de Representantes considerar o início do Plano de Ação bienal aprovado mediante a Resolução 68 (XV), a partir da data efetiva de início do mesmo, devido à defasagem produzida durante o processo de envio, aprovação e colocação em andamento dos processos, e, neste sentido, tomar as providências necessárias.

O que isso quer dizer? Que o Plano de Ação aprovado na Resolução 68 (XV) estabelece que será para os anos 2010 e 2011, no entanto, e habitualmente isso acontece, produz-se uma defasagem desde que chega, com todo o processo de recepção dos projetos, etc., e o momento em que se pode dar cumprimento ao mesmo. Para isso, deverá ser feita uma modificação do Artigo I da Resolução 68 (XV).

Por isso, consideramos, no Grupo de Trabalho, que em breve convocaremos a apresentação de um Projeto de Resolução mediante o qual o Comitê possa enviar ao Conselho de Ministros uma proposta de modificação deste Artigo I da Resolução mencionada.

A segunda parte da Reunião esteve dedicada a uma solicitação produzida no Grupo de Trabalho, e tem relação com a avaliação dos Altos Funcionários, que não é mais que uma percepção das capitais sobre o sistema de apoio aos PMDERs em seu conjunto e sobre a execução dos diferentes projetos e programas que se executam para cada um dos países.

Nesse sentido, os Altos Funcionários consideraram que, no âmbito da Associação, o sistema de apoio, as ações empreendidas ainda não resultaram totalmente eficazes nem satisfatórias, portanto persistem dificuldades para alcançar o efetivo acesso aos mercados da região nos produtos provenientes dos PMDERs, especialmente quando estes incorporam maior valor agregado nos bens com potencial exportador.

Consideraram que, embora tenham sido feitos avanços importantes em matéria de liberalização comercial, esses ainda enfrentam um baixo aproveitamento das preferências por motivos muitas vezes exógenos a esses países.

Não obstante, manifestaram uma alta satisfação e conformidade com os resultados que estão sendo obtidos até a data nos distintos projetos executados, reconhecendo

especialmente a gestão eficiente por parte da Secretaria-Geral, considerando os escassos recursos deste Programa de Cooperação.

Neste mesmo sentido, manifestaram-se sobre o processo de contratação de consultores para a execução do Programa de Cooperação Anual, e manifestaram algumas recomendações em função de alcançar uma maior flexibilidade nas normas vigentes, bem como na coordenação entre a Secretaria-Geral e os países no momento de selecionar os candidatos.

Esse será um ponto que também será aprofundado no Grupo de Trabalho do Comitê de Representantes com vistas a, eventualmente, propor uma modificação neste fórum ou alguma ação corretiva; e, em terceiro lugar, os Altos Funcionários, em relação aos demais Mandatos da Resolução 68 (XV), consideraram a elaboração de um Programa para seu cumprimento; isto é, para o cumprimento dos Artigos Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto da mencionada Resolução.

Este Programa será apresentado, igualmente, no Grupo de Trabalho do Comitê de Representantes. Deveria conter, em primeiro lugar, a ampliação e o aprofundamento das preferências tarifárias outorgadas a um grupo de produtos e setores selecionados por estes países nos quais foi produzida uma maior agregação de valor para a exportação; particularmente em relação às preferências outorgadas a terceiros países mediante os Artigos 25 e 27 do TM80. Em segundo lugar, implementar um Programa de Cooperação por parte dos países-membros relacionado com as medidas sanitárias, fitossanitárias e normas técnicas aplicadas a estes produtos; e, em terceiro lugar, flexibilizar e/ou retirar Regras de Origem gerais e específicas aplicadas a estes produtos, ou seja, esta é a aspiração dos Altos Funcionários para dar cumprimento aos demais mandatos da Resolução 68.

Em relação ao Artigo Sexto da Resolução 68 (XV), que se refere ao Fundo de Apoio aos PMDERs, os Altos Funcionários manifestaram que, em razão de que este Fundo já havia sido constituído mediante a Resolução 8 do Segundo Conselho de Ministros, de 27 de abril de 1984, a Secretaria-Geral deverá impulsionar a captação de recursos para o mesmo, em correspondência com a criação de projetos do Plano de Ação.

Considerou-se como alternativa a possibilidade de incorporar a este Fundo uma porcentagem dos remanescentes do orçamento da Associação não utilizados. Finalmente, os Altos Funcionários manifestaram a importância de continuar com este tipo de encontros a esse nível, cuja periodicidade fosse de, pelo menos, uma vez ao ano, e que pudesse ser realizado nas capitais dos distintos países.

Em relação às Representações que estiveram presentes ontem, consideramos importante fazer um reconhecimento especial ao Departamento de Apoio aos PMDERs; aos funcionários Emiliano Fernández, Mercedes Baraibar e Gabriela Barrere, -penso que falta uma das meninas do Departamento de Apoio aos PMDERs-, que fizeram um trabalho elogiável, tanto na preparação da Reunião como na execução da mesma, e também nas reuniões permanentes de coordenação que estamos tendo com os Países de Menor Desenvolvimento Econômico para a apresentação dos trabalhos, tanto para o Grupo de Trabalho como para este Comitê. Muito obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representante Alternativa de Cuba, por este completo Relatório que está à consideração dos senhores Representantes. Ofereço a palavra.

Bem, não havendo comentários, então fica aprovado.

6. Estado de Situação do Processo de Adesão da República do Panamá ao TM80

...Gostaria de propor aos senhores Representantes que passemos ao Ponto 6, até que nossa colega do Chile possa apresentar-se ou procuramos uma fórmula para o Ponto 5.

Passo, então, a palavra à Secretaria-Geral, para tratar o Estado de Situação do Processo de Adesão da República do Panamá ao TM80.

SECRETÁRIO-GERAL. O relatório pertinente será feito pelo Subsecretário Ricardo Hartstein.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Obrigado, senhor Secretário. Obrigado, Presidenta.

Durante a abertura e os trabalhos do Grupo de Trabalho encarregado pelo Comitê de Representantes para considerar a solicitação do Panamá, a Secretaria-Geral contactou as autoridades panamenhas com o fim de informar sobre o avanço do Processo de Adesão ao Tratado de Montevideu 1980.

Particularmente, a Secretaria-Geral, em 18 de fevereiro de 2009, enviou à Embaixadora do Panamá naquela data, a senhora Elvira Elena Barrios Isaza, uma comunicação do Coordenador do mencionado Grupo de Trabalho, o Embaixador Cassio Luiselli, e do Presidente do Comitê de Representantes, o Embaixador Pablo Guzmán, informando sobre a conclusão dos trabalhos do mencionado Grupo e a aprovação do Comitê de Representantes de seu Relatório Final. Nessa mesma comunicação, foi-lhe enviada uma cópia do mesmo.

Em 13 de março de 2009, foi recebida, na Secretaria-Geral, uma comunicação da mencionada Embaixadora panamenha, informando a aceitação das condições de Adesão ao TM80 propostas pelo Comitê de Representantes ao Conselho de Ministros da ALADI, mediante um projeto de Resolução.

Uma vez que o Conselho de Ministros da ALADI aceitou a Adesão desse país ao TM80 mediante a Resolução 64 (XV), a Secretaria-Geral entregou à Embaixadora do Panamá uma comunicação na qual se lhe informava o anteriormente indicado, com cópia em anexo da Resolução.

As autoridades panamenhas foram informadas oportunamente, através das comunicações anteriores, sobre a necessidade de incorporar-se aos Acordos de Alcance Regional e depositar seu Instrumento de Adesão junto ao Governo do Uruguai, para que, depois de 30 dias de depositado, o Panamá se convertesse em um País-Membro da ALADI.

Para tanto, a Secretaria-Geral continua apoiando o processo de adesão e o avanço deste. Particularmente, devem ser assinalados os encontros que tiveram lugar em abril de 2009, com a missão técnica desse país na sede da Secretaria-Geral, para intercambiar critérios sobre o processo de adesão e a futura participação do Panamá nos trabalhos da Associação.

Também foram realizadas missões de trabalho ao Panamá para apoiar suas autoridades no processo de adesão. Na primeira, em agosto de 2008, o assessor do Secretário-Geral, o senhor Leonardo Mejía, realizou exposições sobre o processo de integração no âmbito da ALADI e sobre o procedimento de adesão ao TM80.

Em março de 2009, o Embaixador Hugo Saguier-Caballero, Secretário-Geral nessa data, com o Embaixador Cassio Luiselli, Coordenador do Grupo de Trabalho que considerou a solicitação de adesão do Panamá ao TM80, realizaram uma visita ao Panamá, oportunidade em que foram recebidos pelo Chanceler e pelo Vice-Chanceler e por outros funcionários de alto nível desse país. Nessa oportunidade, foram revisados os assuntos pendentes no processo de incorporação do Panamá à ALADI com o fim de avançar no mesmo.

Em junho de 2009, e por solicitação das autoridades panamenhas, realizei uma missão a esse país, acompanhado por um economista da Secretaria-Geral, com o objetivo de atualizar e apoiar as autoridades panamenhas nos aspectos técnicos do processo em andamento.

Posteriormente, em fevereiro de 2010, o Secretário-Geral Embaixador José Félix Fernández Estigarribia visitou o Panamá, sendo recebido pelo Vice-Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores, senhor Juan Carlos Varela, que estava acompanhado pelo Diretor-Geral de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores, o senhor Alfredo Castillo Hoyos.

Nessa Missão de Trabalho, apoiou-se o avanço do processo de adesão a nível político com as autoridades do novo Governo Panamenho. Além disso, o Secretário-Geral, acompanhado por mim, visitou, em várias oportunidades, a Embaixadora do Panamá, a senhora Digna Donado, com o fim de intercambiar informação e apoiar a continuação do processo de adesão desse país.

Paralelamente ao exposto, a Secretaria-Geral manteve contato frequente com a Embaixada do Panamá em Montevideu e com os negociadores desse país, com vistas a facilitar a determinação dos itens que conformarão as LAMs, incluindo algumas correlações que foram necessárias.

A Secretaria-Geral também preparou os Protocolos de Adesão a estas e aos outros acordos regionais.

Cabe mencionar que foram realizados encontros na Sede da Secretaria-Geral entre representantes do Equador, Bolívia e a Embaixadora do Panamá, com vistas a revisar o estado de situação da conformação das LAMs e a aproximar seus interesses com relação a estas.

A Secretaria-Geral foi informada que ambos os países, ao quais se soma o Paraguai, que já havia dado seu ok previamente, e o Panamá, já concertaram essas listas de abertura de mercado; ou seja, que já concluíram as negociações para a conformação das listas das LAMs entre os países PMDERs e o Panamá.

Para continuar o processo de adesão, fica pendente: a apresentação pelo Panamá da lista de produtos que excluirá da Preferência Tarifária Regional; o depósito do instrumento de adesão do Panamá -o que deverá acontecer depois de concluídas suas disposições constitucionais em matéria de adesões a tratados internacionais; a assinatura dos Protocolos de Adesão da PTR à LAM e ao resto dos acordos regionais, na data de depósito do instrumento de adesão; a colocação em vigor da PTR, da LAM e dos demais acordos regionais dentro dos 30 dias do depósito de instrumentos de adesão; e a adequação dos acordos de alcance parcial assinados pelo Panamá sob o Artigo 25 a partir dos 30 dias de depositado o instrumento de adesão do Panamá.

Com isso, concluo meu relatório. Muito obrigado, senhor Secretário e senhora Presidenta.

SECRETÁRIO-GERAL. Se as Representações considerarem oportuno, dado que é um relatório escrito e completo do Subsecretário, poderíamos enviá-lo a cada uma na tarde de hoje, porque há alguns detalhes técnicos que, às vezes, não se registra. Tenho a impressão que fica aprovado. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Bem, muito obrigada, Subsecretário Hartstein, por este detalhado relatório que vamos aprovar, não havendo objeções. O Brasil pede a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidenta. Gostaria de agradecer ao Subsecretário pelo relatório, que foi muito útil. Eu, inclusive, acreditava que a negociação da LAM com alguns dos três países ainda estava pendente, mas entendo que está concluída, o que é uma grande notícia, uma ótima notícia. Então, o que concluo com isso é que cabe ao Panamá completar os 5 ou 6 pontos pendentes.

Eu sugeriria, se o Comitê estivesse de acordo, que fosse enviada –com base neste relatório, Secretário-Geral - uma carta sua para o Chanceler panamenho, dizendo que a questão da adesão foi discutida aqui no Comitê e que foram concluídas as negociações sobre listas de aberturas de mercado das LAMs e que, para completar o processo de adesão, faltariam esses pontos pendentes.

Minha sugestão é enviar uma nota sua ao Chanceler panamenho relatando esta Reunião do Comitê, listando quais são os pontos pendentes para a Adesão do Panamá. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, senhor Embaixador do Brasil. Vamos submeter à consideração dos senhores Representantes essa proposta. Não vejo objeções, então fica aprovada. O senhor Secretário pede a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Assim será feito, e me permito solicitar autorização para enviar cópia dessa carta a cada uma das Representações.

PRESIDENTA. Ofereço a palavra ao senhor Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Muito obrigado, Presidenta. Eu não deixaria de mencionar –não sei como se diz em espanhol- como “gancho”, como justificativa, e congratular-me com o Chanceler, pelo que foi realizado, inclusive a negociação das LAMs. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, senhor Embaixador do Brasil. Assim será feito.

5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas

...Continuamos, então, com a Ordem do dia. Vamos passar ao nosso Ponto 5, que é o Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas. Quero, então, oferecer a palavra à Representação Permanente do Chile, que coordena este Grupo de Trabalho. Constanza, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidenta. Peço desculpas a todos pelo atraso, houve uma confusão com a hora, mas, bem... Obrigada a todos pelas mudanças feitas para que eu pudesse apresentar o relatório.

Em todo caso, é muito curto, tem relação com as convocatórias para as reuniões de Negociação do Regime Regional de Solução de Controvérsias e o Regime Regional de Salvaguardas.

No caso da convocatória para o Regime Regional de Solução de Controvérsias, a data que está sendo proposta para o Acordo do Comitê é de 3 a 5 de novembro, uma data que os próprios negociadores haviam proposto e que foi confirmada no Grupo, e, portanto, eis o Projeto de Acordo para isso.

No caso de Salvaguardas, foram propostas no Grupo duas alternativas, de 9 a 11 de novembro ou de 22 a 24 de novembro.

Nove países já se pronunciaram até o momento pela data de 22 a 24. Aproveitando esta Reunião do Comitê, queríamos propor a possibilidade, se os países estão de acordo, de apresentar o Projeto de Acordo para os dias 22 a 24, mas, se alguma Representação solicitar, podemos perfeitamente esperar mais 2 semanas. Então, fica à consideração do Comitê. Muito obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação Permanente do Chile.

Poderíamos ver o tema por partes e submeter à consideração dos senhores Representantes o Projeto de Acordo N° 147, que se refere à Convocatória da Quinta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias, que é o que todos temos em nossas pastas.

Não havendo observações, aprova-se, e fica registrado com o N° 317.

“ACORDO 317

CONVOCATÓRIA DA QUINTA REUNIÃO DE
NEGOCIAÇÃO SOBRE O REGIME REGIONAL DE
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevidéu 1980 e a Resolução 67 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que, de 16 a 18 de agosto de 2010, foi realizada, na sede da ALADI, a Quarta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias, convocada mediante o Acordo 311, do Comitê de Representantes (ALADI/RN.RRSC/IV/Relatório, de 18 de agosto de 2010); e

que, no âmbito da mencionada Reunião de Negociação, as Representações consideraram pertinente convocar uma quinta reunião, sugerindo como possível data 3 a 5 de novembro do ano corrente, para continuar com o processo negociador do Regime Regional de Solução de Controvérsias,

ACORDA:

Convocar a Quinta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias, de 3 a 5 de novembro de 2010, na sede da Associação, com o propósito de continuar com o processo negociador do mencionado Regime.”

...Como indicado pela Representante Alterna do Chile, gostaria de saber se os senhores Representantes querem, no dia de hoje, olhar o Projeto de Acordo para convocar

a Quinta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas, sobre o qual ainda não temos todas as comunicações.

Não havendo objeções, aprova-se, e fica registrado com o N° 318.

“ACORDO 318

CONVOCATÓRIA DA QUINTA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO
SOBRE O REGIME REGIONAL DE SALVAGUARDAS

O COMITÊ DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevidéu 1980 e a Resolução 66 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que, de 5 a 7 de maio de 2010, foi realizada, na sede da ALADI, a Quarta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas, convocada mediante o Acordo 297, de 24 de março de 2010, (ALADI/RN.RRS/IV/Relatório, de 7 de maio de 2010); e

que, no âmbito da mencionada Reunião de Negociação, as Delegações consideraram pertinente convocar uma quinta reunião, quanto antes, para continuar com o processo negociador do Regime Regional de Salvaguardas,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Quinta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas para 22 a 24 de novembro de 2010, na sede da Associação, com o propósito de continuar com o processo negociador desse Regime.”

7. Assuntos diversos

...Continuando com nossa Ordem do dia, estamos, então no Ponto 7. Assuntos diversos. Ofereço a palavra ao senhor Embaixador do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidenta. Muito brevemente, com relação à finalização do intervalo da Comissão de Coordenação. Queria propor às Representações, havendo já realizado consultas com algumas delas, que considero a data mais adequada para a realização dessa Reunião, como havíamos conversado, a primeira quinzena de novembro até o final.

A data mais tarde solicitada por algumas Representações foi o dia 9 de novembro, então queria, antes de distribuir a comunicação, avisar às Representações sobre o tema para ver se estão de acordo com a finalização do intervalo nessa data.

PRESIDENTA. Obrigada, senhor Embaixador. Gostaria de oferecer a palavra aos senhores Representantes para comentar sobre a proposta do Uruguai.

Não havendo nenhum comentário, senhor Embaixador, parece que pode seguir adiante com sua proposta.

Bem, não havendo nenhuma outra solicitação de uso da palavra... Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidenta. Em envelope lacrado, distribui-se a cada uma das Representações a sentença do Tribunal Administrativo DA/SB/12-10, de 24 de setembro de 2010, em cumprimento do disposto pelo Artigo 23 da Resolução 275.

Informa-se que a mencionada sentença está sendo traduzida ao idioma português, conforme o previsto no Artigo 22 da mencionada Resolução 275.

Em outro ponto, informo sobre a inauguração da exposição do artista plástico uruguaio Jacinto Galloso, intitulada "Tierra de América", que se realizará no dia 14 de outubro. Os convites já foram enviados às Representações Permanentes.

Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, senhor Secretário.

Gostaria de oferecer a palavra ao senhor representante do Equador.

Representação do EQUADOR (René Fernández Miño). Obrigado, Presidenta.

Nós recebemos do Governo do Equador, para ser transmitido ao Comitê, o agradecimento pelo apoio, manifestado mediante uma Resolução, condenando esta tentativa de Golpe de Estado. Oportunamente, faremos chegar a cada uma das Representações este agradecimento. Isso é tudo, obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. O Embaixador Fernández tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Ontem foi distribuída por correio eletrônico a proposta de orçamento da Secretaria-Geral para 2011. Hoje será feita a distribuição por caminhonete.

Existem Grupos de Trabalho que avançaram em diferentes temas. Uma vez que todos os Grupos de Trabalho tiverem analisado esta proposta e quiserem acrescentar ou substituir atividades, a Secretaria-Geral publicará uma revisão do Orçamento. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Ofereço a palavra ao senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (René Fernández Miño). Sim, uma omissão. Este agradecimento também está dirigido à Secretaria, ao senhor Secretário-Geral por seu pronunciamento, e também, oportunamente, faremos chegar uma nota verbal agradecendo. Isso é tudo, obrigado.

PRESIDENTA. Bem, muito obrigada. Não havendo mais solicitação de uso da palavra, encerramos esta sessão. Muito obrigada a todos.